



POBREZA DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

**POVERTY OF FEMALE HEADS OF HOUSEHOLD IN THE NORTHEAST
OF BRAZIL: A MULTIDIMENSIONAL ANALYSIS**

POBREZA DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL¹

POVERTY OF FEMALE HEADS OF HOUSEHOLD IN THE NORTHEAST OF BRAZIL: A MULTIDIMENSIONAL ANALYSIS

Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira² | Jandir Ferrera de Lima³

Recebimento: 17/11/2020
Aceite: 20/07/2023

¹ Uma versão anterior desse artigo foi apresentada no XVIII ENANPUR realizado em Natal – RN entre os dias 27 e 31 de maio de 2019.

² Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE). Docente da Universidad del Valle. Cali – CAU, Colômbia.
E-mail: nadja.menezes@correounivalle.edu.co

³ Doutor em Desenvolvimento Regional (UQAC). Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo – PR, Brasil.
E-mail: jandir.lima@unioeste.br

RESUMO

Este artigo analisa, por meio de uma abordagem multidimensional, a pobreza das chefes de família da Região Nordeste do Brasil no ano de 2015. Para tal, fora estimado o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI) tendo por base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os resultados evidenciaram que na região Nordeste as famílias que são chefiadas por mulheres e que têm a presença do cônjuge ou companheiro são multidimensionalmente mais pobres em relação às famílias chefiadas por mulheres onde não há a presença de cônjuge ou companheiro. No entanto, não foi possível afirmar que existe um processo de feminização da pobreza em termos multidimensionais quando se compara o resultado do MPI (M0) entre mulheres e homens (independente da presença ou não de cônjuge ou companheiro). Também fora observado que para as chefes de família da Região Nordeste, onde não havia a presença de cônjuge ou companheiro, as dimensões relativas à vulnerabilidade familiar, disponibilidade de recursos e uso do tempo foram os fatores nos quais as mulheres se mostraram mais vulneráveis em comparação aos homens. Quando considerado a presença de cônjuge ou companheiro, essas mulheres foram mais privadas somente na dimensão de uso do tempo em relação aos homens chefes de família dessa região. As dimensões relativas ao trabalho, a renda e ao consumo de bens foram as que mais contribuíram para a inserção da mulher nordestina em uma condição de pobreza, e são assim, temas que exigem mais atenção do poder público.

Palavras - chave: Gênero. Pobreza multidimensional. Nordeste. Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This paper analyses the poverty of heads of families in the Northeast Region of Brazil in the year 2015 through a multidimensional approach. To this end, the multidimensional poverty index (MPI) was estimated based on microdata from the National Household Sample Survey (PNAD). The results showed that families in the Northeast headed by women and with the presence of a spouse or partner are multidimensionally poorer than families headed by women where there is no presence of a spouse or partner. However, we could not state that there is a process of feminization of poverty in multidimensional terms when comparing the MPI result (M0) between women and men, regardless of the presence or absence of a spouse or partner. Moreover, the dimensions related to family vulnerability, availability of resources, and use of time were the factors in which women were more vulnerable in comparison to men for heads of families in the Northeast Region with no spouse or partner. These women were more deprived only in the dimension use of time compared to male heads of household in this region when considering the presence of a spouse or partner. The dimensions related to work, income, and consumption of goods were the ones that most contributed to the insertion of Northeastern women in a condition of poverty, thus being subjects that demand more attention from public authorities.

Keywords: Gender. Multidimensional Poverty. Northeast. Economic development.

INTRODUÇÃO

A pobreza é um tema amplo, multidimensional e objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento. Por se tratar de um fenômeno social complexo, a pobreza não se restringe necessariamente aos níveis de renda e falta de determinados bens materiais. Ela também pode ser analisada por meio da negação de oportunidades socialmente aceitáveis (Codes, 2008; Helfand *et al.*, 2011). Além disso, a abordagem da pobreza por meio de diferentes dimensões abriu espaço para novas discussões, dentre elas, a análise de gênero.

No Brasil, a pobreza é um problema que decorre, em grande parte, da desigualdade de renda, cuja origem é histórica, e agravou-se pelo modelo de desenvolvimento econômico e pelas diferenças regionais. A evolução da pobreza no Brasil nos três últimos decênios, revelou que na década de 1980 os desequilíbrios e o baixo crescimento econômico elevaram as desigualdades sociais e contribuíram para o aumento da incidência da pobreza. Na década de 1990, a proporção de indivíduos em condição de pobreza foi reduzida de 44% em 1992 para 34% em 1999, em todo o Brasil. Além disso, a proporção de pobres no país se manteve em um nível perto dos 34%. Os níveis de pobreza observados na década de



1980 e início da década de 1990 mantiveram-se relativamente estáveis, apresentando redução nos índices após a implementação do Plano Real. Condições econômicas e políticas públicas favoreceram a melhoria dos indicadores de pobreza do país na primeira metade da primeira década dos anos 2000, com melhorias dos índices de extrema pobreza observados desde a implementação do Plano Real. A partir do ano de 2003 a quantidade de indivíduos em situação de pobreza absoluta no Brasil diminuiu cerca de 20 milhões de pessoas e a proporção de pobres reduziu-se à metade. Esse resultado também foi acompanhado por significativas melhorias na condição de vida da população brasileira, como a melhora no acesso a serviços públicos, maior formalização do mercado de trabalho, elevação da oferta de crédito e redução dos preços de bens duráveis (Rocha, 2003; 2006; 2013; Oliveira, 2014).

Na Região Nordeste, a pobreza, mensurada sob o prisma da renda, isto é, via uma perspectiva unidimensional, alcançou 35,55% da população no ano de 2009. Ao passo que sob a ótica multidimensional¹, a pobreza abrangeu cerca de 57% da população nordestina no mesmo ano. Isso demonstra que a pobreza não é um problema exclusivamente de “privação econômica”, mas de maior complexidade, pois considera fatores como as condições de vida das pessoas: educação, saúde, acesso ao mercado de trabalho, condições de moradia etc. (Barros, 2014). São poucos os estudos que analisam a pobreza via uma perspectiva de gênero e por meio de uma abordagem multidimensional. Além disso, os estudos realizados tendo em conta tal abordagem estão centrados em países europeus e africanos. Em um estudo realizado para a Europa, Alkire, Apablaza e Jung (2014) encontraram evidências de que as mulheres são multidimensionalmente mais pobres do que os homens, e não há variabilidade significativa para essa lacuna de gênero em todos os países europeus.

Uma vez que existem poucos estudos que analisam as diferenças entre os sexos para a literatura multidimensional da pobreza, e os poucos estudos existentes têm suas análises centradas em países europeus e africanos, e dado que os estudos sobre pobreza no Brasil estão centrados fundamentalmente na análise do agregado familiar não fazendo sua distinção de sexos, essa análise foca a análise da pobreza na Região Nordeste brasileira, por meio de uma abordagem multidimensional e de sexo, no período de 2004 a 2015.

1 Para Barros (2014) a pobreza vista desde uma perspectiva multidimensional deve levar em consideração não apenas as informações sobre a renda, mas também características sociais, culturais e políticas que influenciam no bem-estar dos indivíduos.

POBREZA: ASPECTOS CONCEITUAIS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Os estudos sobre pobreza têm duas vertentes: *a)* relaciona a renda indispensável capaz de satisfazer exclusivamente as necessidades de caráter nutricional, denominada de linha de indigência ou de pobreza extrema; e *b)* relaciona as necessidades individuais, como saúde, educação, habitação, transporte, entre outros. Essa segunda linha, é denominada de linha de pobreza (Kageyama & Hoffmann, 2006). Duas outras linhas teóricas dos estudos sobre a pobreza podem ser acrescentadas: a das necessidades básicas e a das capacidades. A abordagem das necessidades humanas básicas vai além de questões relativas à alimentação e incorpora uma maior gama dessas necessidades humanas, como educação, saneamento e habitação. Essa abordagem é capaz de captar outros aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, que não apenas as questões nutricionais e, do ponto de vista econômico, é extremamente benéfica, uma vez que eleva a produtividade do indivíduo. Esses aspectos introduzem o caráter multidimensional nas pesquisas relacionadas à pobreza (Lopes, Macedo & Machado, 2003; Duclos & Araar, 2006).

De acordo com Comim e Bagolin (2002), a tendência do uso de indicadores monetários de pobreza é frequentemente justificada devido a quatro fatores principais: i) o grau de correlação entre a insuficiência de renda e as demais privações relacionadas ao estado de ser pobre; ii) indisponibilidade de outras estatísticas sociais; iii) dificuldade de ponderação e agregação de distintas dimensões sociais; e iv) necessidade de medidas homogêneas que tornem possível a comparação entre diferentes regiões ou localidades.

Entretanto, ao se limitar a pobreza a um indicador monetário, geralmente a renda, pode acarretar o risco de se superestimar a pobreza. Um exemplo é o que acontece nas áreas rurais em que, conforme Neder (2008), os indicadores de pobreza estritamente baseados na condição de insuficiência de renda tendem a superestimar a quantidade de pessoas e domicílios pobres, na medida em que não consideram o valor dos rendimentos de autoconsumo (Salama; Destremau, 1999).

Centrar o debate sobre a pobreza apenas no aspecto unidimensional (monetário) é demasiado simples. Por esse ângulo, para se estudar a pobreza se faz necessário incluir a discussão com relação ao ingresso do indivíduo aos serviços básicos, sob uma ótica multidimensional. Assim sendo, duas outras linhas teóricas dos estudos da pobreza podem ser acrescentadas: a das necessidades básicas e a das



capacidades. A abordagem das necessidades humanas básicas vai além de questões relativas à alimentação e incorpora uma maior gama dessas necessidades humanas, como educação, saneamento e habitação. Essa abordagem é capaz de captar outros aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, que não apenas as questões nutricionais e, do ponto de vista econômico, é extremamente benéfica, uma vez que eleva a produtividade do indivíduo. Ao serem assim considerados, esses aspectos introduzem o caráter multidimensional nas pesquisas relacionadas à pobreza (Lopes; Macedo; Machado, 2003; Duclos; Araar, 2006).

A perspectiva das capacidades, proposta inicialmente pelo economista indiano Amartya Sen (1983; 1984), associa a pobreza às privações de necessidades básicas sofridas pelos indivíduos, na inexistência de oportunidades para se realizar alguns níveis mínimos de funcionamentos. Esses funcionamentos, por sua vez, vão desde questões fundamentais de como estar bem nutrido, possuir uma boa saúde até questões mais complexas como ser feliz, possuir respeito próprio e participação na vida social.

Nessa visão, a pobreza é constituída por diferentes dimensões, que agrega os elementos que se referem ao enfoque das necessidades básicas, como também destaca a capacidade dos indivíduos no que diz respeito às escolhas em relação ao bem-estar e às maneiras de se alcançá-las. Além do mais, essa abordagem acrescenta ao entendimento da pobreza, pois evidencia qual qualidade de vida as pessoas avaliam para si (funcionamentos), sendo que essa qualidade de vida escolhida não se resume à dotação de renda que esses indivíduos possuem, mas também a outros fatores relativos à condição de vida.

Diante do exposto, é possível perceber que o cerne da análise da abordagem das capacidades se concentra no que as pessoas são capazes de ser e fazer, não em suas rendas e muito menos em suas possibilidades de consumo, que por sua vez representam apenas meios para se alcançar o bem-estar. A habilidade das pessoas para converter recursos em funcionamentos varia de acordo com a saúde, a presença de alguma incapacidade física, ou o gênero. A contribuição da abordagem das capacidades para a análise da pobreza consiste em melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação ao desviar a atenção dos meios (renda) para os fins que os indivíduos têm razão para buscar e para as liberdades de poder alcançar esses fins.



Nesta pesquisa, a pobreza é entendida com um fenômeno multidimensional, sem, no entanto, desprezar a importância da insuficiência de renda para a sua definição, visto que a renda é um dos meios necessários de acesso e manutenção do bem-estar. Os recursos monetários são importantes para a definição da pobreza, pois é o acesso a esses recursos que tornará possível a aquisição de produtos e serviços que também são contabilizados no bem-estar individual, assim como também o são os outros fatores não monetários. Em resumo, e como enfatizado em Sen (2000), a renda é uma condição necessária, mas não suficiente para se eliminar a condição de pobreza dos indivíduos.

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

A pobreza e a sua relação com homens e mulheres têm sido tratadas de forma independente, o que de certa forma explica o papel específico de cada um deles na agenda política e nas pesquisas científicas. O desenvolvimento teórico de ambos os conceitos ao longo do tempo tem sido notável. Como visto na seção anterior, embora a definição mais frequente se refira à carência de renda, vários outros enfoques surgiram com relação a sua conceituação. A pobreza vista desde uma perspectiva de gênero delinea que as mulheres apresentam um nível de pobreza mais intenso que os homens em decorrência da discriminação de sexo (Arriagada, 2005).

A conceituação sobre a pobreza muitas vezes negligencia as diferenças existentes entre homens e mulheres em termos de acesso à renda, recursos e serviços. Tais diferenças podem ocorrer dentro dos agregados familiares entre homens e mulheres ou entre os indivíduos, isto é, entre homens solteiros e mulheres solteiras, ou entre famílias chefiadas por mulheres em uma desvantagem em relação às famílias chefiadas por homens. Há também diferenças com base no sexo, no que diz respeito a vulnerabilidades como doença e violência (Waratten, 1995).

O conceito de feminização da pobreza aparece primeiramente no estudo da americana Diane Pearce (1978), intitulado: *The feminization of poverty: Women, work, and welfare*. Esse trabalho tinha como foco principal a descrição, em termos estatísticos, no que se referia ao aumento de lares chefiados por mulheres nos Estados Unidos, que passaram de 10,1% em 1950 para 14% no ano de 1976, ou seja, um aumento de quase 40% (38,6%), e a sua correlação com a deterioração das condições de vida dessas chefes de família em termos de pobreza medida pela renda. Pearce (1978)



reconhece que, evidentemente, existem mulheres pobres, porque essas vivem em domicílios chefiados por homens que são pobres, de tal modo sua análise centrou-se nas mulheres “que são pobres porque são mulheres”. Ou seja, a autora investiga quais são as consequências econômicas de se ser mulher, sem contar com o apoio de um cônjuge, e que acabam por conduzir a uma situação de pobreza.

Para Cagatay (1998), o fenômeno da feminização da pobreza significa uma ou a combinação das seguintes constatações: i) as mulheres comparadas aos homens têm uma maior incidência de pobreza; ii) a pobreza das mulheres é mais grave do que a dos homens; e iii) ao longo do tempo, a incidência de pobreza entre as mulheres está aumentando em relação a incidência entre os homens.

Especialmente a partir de 1980 são intensificadas as análises sobre a relação entre gênero e pobreza. A maioria dos trabalhos, sobretudo os aplicados aos países subdesenvolvidos, demonstraram um aumento do número de mulheres pobres proporcionalmente ao número observado para os homens. A partir da década de 1990, a “feminização da pobreza” se estende com mais intensidade no léxico do desenvolvimento e políticas sociais a nível global, circulando no discurso e como requisito de financiamento de diversos organismos internacionais. A exemplo, o Banco Mundial, ao analisar as políticas destinadas ao combate das desigualdades de gênero, através do seu relatório intitulado *Toward Gender Equality*, propôs abertamente que as políticas públicas fossem direcionadas às mulheres no que diz respeito à educação, saúde, serviço de extensão rural, infraestrutura rural e urbana, e em áreas como segurança e geração de emprego e renda (Aguilar, 2011; Farah, 2004; Godoy, 2004).

Bianchi (1999) considera que a feminização da pobreza deve ser analisada via taxas de pobreza ao longo do tempo. Deve-se analisar além da proporção de mulheres entre os pobres, a razão entre a proporção de mulheres pobres e a proporção de homens pobres. Assim, a feminização da pobreza deve ser entendida como o risco relativo da mulher estar na pobreza em relação ao homem.

Para Novellino (2004), a demarcação da feminização da pobreza inicia quando a mulher, sem cônjuge ou companheiro, passa a ser responsável pelo sustento da família, tornando-se provedora do seu sustento e dos seus filhos. Conforme a autora, a chefia domiciliar por parte das mulheres configura em um dos indicadores de pobreza que aflige muitas mulheres. Tal afirmação se fundamenta nas seguintes realidades: i) há uma tendência das mulheres, em razão da demanda de suas funções reprodutivas, optarem por trabalhos de períodos parciais ou em regime de trabalho temporário; ii) há discriminação

salarial, isto é, em média os salários recebidos pelas mulheres são inferiores aos recebidos pelos homens; iii) as ocupações das mulheres estão mais concentradas em atividades que exigem menor qualificação e para as quais os salários pagos são mais baixos; e iv) há uma maior participação feminina nos níveis mais baixos da economia informal.

Não há um consenso, tampouco clareza, acerca do significado da feminização da pobreza ou se essa pode ser empiricamente observada. A feminização da pobreza tem sido associada em primeiro lugar à percepção da proporção de famílias chefiadas por mulheres (FCMs), e em segundo lugar ao aumento da participação feminina em atividades informais do setor urbano de baixo retorno. Desse modo, o conceito de feminização da pobreza tem sido usado para dar significado a proposições distintas. A primeira é que as mulheres possuem uma maior incidência de pobreza do que os homens; a segunda que a pobreza feminina é mais severa do que a dos homens; e a terceira que há uma tendência para maior pobreza entre as mulheres, particularmente associada com o aumento das taxas de FCMs (Bridge, 2001).

Vale observar que a feminização da pobreza não deve ser confundida com a prevalência de graus mais altos de pobreza entre as mulheres e famílias chefiadas por mulheres, entretanto deve ser entendida através da mudança no perfil da pobreza, possuindo assim uma dimensão temporal. Portanto, o processo de feminização da pobreza está relacionado ao aumento da pobreza no universo feminino ao longo do tempo. Não obstante, quando se faz uma análise apenas em certo momento, tendo em vista identificar a existência de uma disposição maior de as mulheres ou de os domicílios chefiados por mulheres serem pobres, fala-se sobre representação feminina na pobreza. O referido conceito faz alusão à comprovação de uma maior pobreza em meio as mulheres ou entre as famílias por elas chefiadas em um ponto específico no tempo (Costa *et al.*, 2005).

Todavia, independentemente do tipo de análise que se é realizada, se ao longo do tempo ou em um ponto específico deste, o mais importante é a verificação do fenômeno e a identificação das suas causas. Dessa forma, como destacado por Shadpour (2013), ao minimizar a pobreza feminina, diretamente se reduz a condição de pobreza das crianças, tendo em vista que boa parte das famílias monoparentais é chefiada por mulheres, as quais, na média, possuem patrimônios inferiores do que as famílias chefiadas pelos homens.



A perspectiva de gênero aponta ao mesmo tempo uma perspectiva multidimensional, pois se consideram os múltiplos papéis que desempenham homens e mulheres na família, no mercado de trabalho e na sociedade (Clert, 1998). Assim, estudar a pobreza da mulher via uma perspectiva multidimensional colabora no sentido de melhor compreender quais fatores, além da renda, causam tal fenômeno, além de indicar a quais desses fatores as políticas públicas de combate à pobreza devem direcionar as suas ações.

A compreensão do fenômeno da pobreza no feminino requer a adoção de um conceito multidimensional de pobreza, que ultrapasse a mera dimensão monetária, bem como a combinação de metodologias complementares - quantitativas e qualitativas - que possibilitem mensurar a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza, abranger os procedimentos complexos que constituem as desigualdades e a vulnerabilidade do gênero feminino, assim como analisar a privação objetiva e subjetiva de bem-estar (Pereirinha, 2008).

Frente ao exposto, cabe mais uma vez ressaltar a importância de se estudar o referido problema por meio de uma abordagem multidimensional de forma a contribuir com o melhor entendimento do processo da pobreza feminina, visto que o estudo da pobreza através de uma perspectiva de gênero possibilita o entendimento de uma série de processos compreendidos nesse fenômeno, suas dinâmicas e características em determinados contextos, que explicam que certos grupos, em razão do seu sexo, estão mais propensos e expostos a uma situação de pobreza.

METODOLOGIA

Os dados utilizados no presente estudo foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)², que é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recorte espacial empregado foi a Região Nordeste brasileira, o recorte temporal empregado na análise foi o ano de 2015. Apartir dos dados fornecidos pela PNAD e da metodologia proposta por Alkire e Foster (2011) e Alkire e Santos (2010), fazendo as adaptações de nomenclatura necessárias

2 Optou-se por utilizar os dados fornecidos pela PNAD devido a questões de periodicidade, uma vez que se fosse utilizada outra base de dados, por exemplo, o Censo que produz informações decenais, esse possui uma defasagem de 6 anos, visto que o último Censo foi realizado no ano de 2010.

* A expansão da amostra se deu através da variável V4729 “peso da pessoa”.



ao modelo original, foi construído o MPI (Índice de Pobreza Multidimensional) para as famílias chefiadas por mulher na Região Nordeste.

Conforme Alkire e Foster (2011), a primeira etapa que deve ser realizado para compor o MPI consiste na escolha da unidade de análise, que pode ser uma determinada região, um domicílio, ou até mesmo um indivíduo. Em seguida deve-se realizar as escolhas das dimensões e de seus respectivos indicadores (variáveis).

Uma etapa igualmente importante consiste em definir a primeira linha de corte, devendo esta ser especificada para cada indicador, com a maior clareza possível, de modo que seja fácil identificar os indivíduos, ou unidades, que se encontrem ou não em uma situação de pobreza. Nesse caso, o MPI identifica os indivíduos em situação de pobreza levando em consideração dois pontos de corte, ou linhas de pobreza. O primeiro ponto de corte ocorre ao se definir Y como uma matriz ($n \times d$) em que n representa o número de unidades básicas sob análise ao passo que d representa o número de dimensões do índice. A observação típica de Y , $y_{ij} \geq 0$, corresponde ao desempenho do indivíduo $i = 1, 2, \dots, d$, ou seja, é a realização da unidade i no que se refere à dimensão j .

Tal realização corresponderá ao quanto do objetivo relacionado à dimensão j a unidade i consegue alcançar. Por exemplo, sendo j um indicador que se refere ao acesso ao conhecimento e a unidade i ao indivíduo, então uma provável medida de realização pode ser relacionada ao fato do indivíduo saber ou não ler e escrever, tal indivíduo será considerado privado (P) se não souber ler e escrever e não privado (NP) se souber ler e escrever.

Nesse caso, a unidade i será privada (P) em determinada dimensão, se, e somente se, $y_{ij} < z_j$. Em que $z_j > 0$ representa a linha de corte sob a qual se considera que um indivíduo sofre privações na dimensão j , em outras palavras, representa o ponto de corte no processo de identificação da pobreza, de modo que z representa um vetor de dimensão ($1 \times d$) com todas as linhas de corte para todas as dimensões. Do mesmo modo, c representa um vetor de dimensão $n \times 1$ tal que cada elemento c_i corresponde à quantidade de privações enfrentadas pela unidade i .

A segunda linha de corte (k) para a identificação de indivíduos em situação de pobreza é dado por $0 < k < d$, em que a unidade i é considerada em condição de pobreza se, e somente se, $c_i \geq k$. Nesse caso, o parâmetro k servirá para medir a pobreza extrema. Em uma situação de $k = d$, apenas



serão considerados pobres aquelas unidades privadas em todas as dimensões, ao passo que, um $k = 1$ identifica como pobre qualquer unidade privada em apenas uma dimensão. Ou seja, a segunda linha de corte determina em quantos indicadores um indivíduo terá de ser privado para que seja considerado multidimensionalmente pobre.

No caso em que se deseje hierarquizar as dimensões do índice de pobreza multidimensional, basta atribuir pesos w_j a cada uma das dimensões que compõem o MPI, tal que o $\sum_j^d w_j = 1$, de modo que cada elemento C_i passaria a constituir uma soma ponderada das privações.

Contudo, identificar quais unidades estão inseridas em uma situação de pobreza não constitui em si um índice propriamente dito de pobreza multidimensional que possa ser aplicado a distintos níveis regionais/demográficos. Diante dessa realidade, Alkire e Foster (2011) elaboraram um índice capaz de comparar a ocorrência de pobreza entre as regiões. Os autores partiram da forma mais intuitiva de se fazer tal agregação, denominada *count ratio*, ou cálculo percentual das unidades em situação de pobreza, representada pela razão entre o número de indivíduos em situação de pobreza, ou seja, que são privados em um ou mais indicadores k , e o número total de unidades em situação de pobreza em uma dada região, denominando essa medida por H , apresentada na especificação que se segue:

$$H = \frac{\text{número de unidades pobres}}{\text{número total de unidades na região}} = q/n \quad (1)$$

Em que q representa o número total de unidades pobres.

No entanto, conforme Alkire e Foster (2011), a medida H viola o axioma da monotonicidade dimensional, uma vez que quando um indivíduo em situação de pobreza se torna privado em uma dimensão adicional, a medida H não aumenta. A solução para esse problema encontrada por esses autores consiste em calcular a privação média entre os indivíduos em situação de pobreza. Dessa forma, é definido um vetor de privações apenas entre os indivíduos em situação de pobreza $c(k)$ em que cada entrada desse vetor, $c_i(k)$, tem valor igual a zero para unidades não pobres e valor igual a C_i , que representa o número de dimensões em que a unidade i é privada, para unidades em

condição de pobreza.

Desse modo, é possível calcular o hiato da pobreza média, dado pela soma das proporções das privações de todas as unidades pobres dividido pelo número total de unidades em situação de pobreza.

A privação média das unidades em situação de pobreza é dada pela seguinte especificação:

$$A = \sum_i c_i(k) / qd \quad (2)$$

Em que c_i representa o número de dimensões em que a unidade i é privada, qd representa o número total de unidades pobres por dimensão.

Assim, o índice multidimensional de pobreza, dado pela medida M_0 , pode ser calculado por meio do produto entre as medidas H e A , como pode ser visualizado na expressão que se segue:

$$M_0 = H \times A \quad (3)$$

Em que M_0 representa o *headcount ratio* ajustado (cálculo da incidência ajustada), dado pela previsão média entre as unidades em situação de pobreza.

O MPI também pode ser desmembrado em dimensões. Para tal, divide-se o M_0 para cada subgrupo da população a ser analisada, podendo se analisar a contribuição de cada dimensão ou indicador para a pobreza geral. A medida A (soma das proporções das privações de todas as unidades pobres dividido pelo número total de unidades em situação de pobreza) é dividida pelas unidades em condição de pobreza na dimensão j , o que resulta em A_j . No entanto, $A_j \times H$ leva a M_{0j} , ou seja, leva a dimensão ajustada que indica a participação da dimensão j na pobreza total.

Os pesos dados às dimensões e aos componentes do MPI (M_0) para essa pesquisa serão considerados simétricos, isso se deve ao fato de não ser possível saber as preferências e os gostos da população que se analisa. Nesse sentido, a ponderação dos pesos obedece à regra de tal modo que o grau de pobreza para cada unidade analisada se situe entre 0 e 100. Nessa margem, a variabilidade igual a 0 da incidência de pobreza corresponde àquelas unidades sem qualquer traço de pobreza, ao passo que a variabilidade da incidência de pobreza igual a 100 diz respeito às unidades absolutamente pobres.

Para esta pesquisa, o MPI foi dividido em sete dimensões, avaliadas com base nas informações da PNAD e sintetizadas no indicador multidimensional, a saber: i) vulnerabilidade familiar; ii) acesso ao conhecimento; iii) acesso ao trabalho; iv) disponibilidade de recurso; v) uso do tempo; vi)



condições habitacionais e vii) consumo de bens. Cada uma dessas dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para que as unidades sejam capazes de satisfazer as suas necessidades, e, por outra parte a consecução de fins, ou seja, a efetiva satisfação de tais necessidades.

Essas dimensões se desdobram em componentes, que totalizam 27; e em indicadores, ou variáveis que são 37. A análise volta-se à unidade domiciliar, mais especificamente para as famílias, para as quais são atribuídos pesos idênticos a todas as variáveis pertencentes ao mesmo componente, bem como a todos os componentes de uma mesma dimensão e ainda para todas as dimensões.

Dada a sua linearidade, utilizada tanto na agregação da pobreza de diversas famílias como na agregação das dimensões relativas à pobreza, o MPI permite que se obtenha o grau de incidência de pobreza de toda a população com relação a cada uma de suas dimensões.

A primeira linha de corte utilizada para compor o MPI define se a unidade de análise investigada, nesse caso, as mulheres e homens chefes de família da Região Nordeste, é privada (P) ou não privada (NP) para cada uma das 37 variáveis das 7 dimensões consideradas no cálculo do MPI. Por exemplo, se na sétima dimensão “acesso a bens duráveis”, no indicador “o domicílio possui geladeira”, essa chefe de família será considerada privada (P) caso não possua esse bem, e não privada (NP) se possuir referido bem em seu domicílio.

Assim, a segunda linha de corte (k) determinará o número de privações que as mulheres e homens chefes de família do Nordeste necessitam apresentar para serem enquadradas em uma situação de pobreza. Seguindo as recomendações de Alkire e Foster (2011), o k escolhido como segunda linha de corte é $k = 12$, equivalente a 1/3 do total de variáveis que serão utilizadas na construção do MPI.

Na dimensão 1, estão presentes os componentes, assim como os respectivos indicadores que tratam da ausência de vulnerabilidade familiar, que pode ser entendida como o montante adicional requerido pela família para satisfazer suas necessidades essenciais, com respeito ao que seria requerido por uma família-padrão. A vulnerabilidade familiar pode ser diferenciada entre três componentes: atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens; atenção e cuidados especiais com idosos; e dependência econômica. Algumas considerações devem ser feitas com relação à definição de alguns componentes utilizados na construção dos indicadores da dimensão em questão. Neste trabalho



são consideradas crianças os indivíduos dentro do recorte etário de 0 a 9 anos; criança e adolescente de 0 a 17 anos; criança, adolescente e jovem de 0 a 24 anos e idosos ou indivíduos com idade de 60 anos ou mais. Seguindo a metodologia do IBGE para a PIA (População em Idade Ativa), foram consideradas em idade ativa pessoas com 10 anos ou mais de idade.

A dimensão 2, acesso ao conhecimento, é composta por três componentes: analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional, e por seis indicadores, ausência de adulto analfabeto, ausência de adulto analfabeto funcional, presença de pelo menos um adulto com fundamental completo, presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo, presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior, presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta. Para essa dimensão são considerados adultos os indivíduos com idade entre 25 e 59 anos. Foi considerado indivíduos com qualificação média ou alta, aqueles que possuíam ensino médio completo e grau superior incompleto e completo.

A partir de 1990 o IBGE passa a divulgar índices de analfabetismo funcional, adotando o critério de não autoavaliação dos entrevistados, mas sim o número de séries escolares concluídas. Considerando que é alfabetizada a pessoa que sabe ler e escrever um recado ou bilhete simples no idioma que conhece, até mesmo a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever. No que diz respeito ao analfabetismo funcional passou a ser adotado o critério de que é analfabeto funcional o indivíduo com menos de quatro anos de estudo. Desse modo, com relação à alfabetização na presente pesquisa, será considerado adulto analfabeto aquele que não sabe ler e escrever e adulto analfabeto funcional, aquele com menos de 4 anos de estudo.

O acesso ao trabalho e renda impacta diretamente na constituição ou não de privações que caracterizam a pobreza. Assim, na dimensão 3, acesso ao trabalho, dentre os múltiplos componentes que possui, são destacados: disponibilidade de trabalho, qualidade do posto de trabalho e remuneração. Para essa dimensão são considerados membros em idade ativa as pessoas com 10 anos ou mais de idade.

A disponibilidade de recursos representa a quarta dimensão que compõe o MPI, essa dimensão é formada por três componentes e três indicadores, estes últimos são: renda familiar *per capita* superior à linha da extrema pobreza, renda familiar *per capita* superior à linha de pobreza e maior parte da renda familiar não advém de transferências. Para esse último componente vale destacar que na PNAD as



informações referentes as transferências são captadas por meio da variável V1273, a qual considera os juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos que o indivíduo recebia, normalmente, no mês de referência. Assim, além das transferências oriundas de programas sociais, também são consideradas outras formas de transferência de renda, sejam elas públicas ou privadas.

Embora o foco do presente estudo seja a análise da pobreza das famílias nordestinas com chefia feminina por meio da ótica multidimensional, que tem por base as abordagens das necessidades básicas e das capacitações, também se fez necessário utilizar linhas de pobreza e de extrema pobreza ou indigência. Desse modo, para a dimensão 4, a linha de pobreza utilizada para medir a pobreza multidimensional dos domicílios com chefia feminina na Região Nordeste brasileira no ano de 2015 correspondem a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Já a linha de extrema pobreza é representada por $\frac{1}{4}$ de salário mínimo do ano analisado.

O tempo é um recurso necessário para realizar diversas atividades, tais como o estudo, a participação social e o trabalho. Ele parece muito mais importante no caso das mulheres, uma vez que parte importante do seu trabalho (trabalho reprodutivo)³ não é valorizado em termos monetários, mas pode ser medido em termos de tempo. Assim, a quinta dimensão, uso do tempo, pretende medir o tempo disponível dos chefes de família dos domicílios com relação as horas dedicadas ao trabalho produtivo e doméstico, bem como as horas gastas com o percurso de deslocamento ao local de trabalho.

A sexta dimensão que integra o indicador multidimensional de pobreza, condições habitacionais, é composta de oito componentes: propriedade, déficit habitacional, abrigabilidade, acesso a abastecimento de água, acesso à energia elétrica, acesso a saneamento, acesso à coleta de lixo, acesso à internet.

As sétima, e última dimensão, diz respeito ao consumo de bens e é composta por quatro componentes: acesso a fogão, acesso à geladeira, acesso à máquina de lavar roupas e acesso a microcomputador. Nessa dimensão, a escolha de seus indicadores se justifica pela relevância que possuem em especial às questões relacionadas com a alimentação, como é o caso dos eletrodomésticos fogão e geladeira e a questões relacionadas ao uso do tempo no trabalho doméstico, como é o caso da máquina de lavar roupas.

3 O trabalho reprodutivo se refere a toda e qualquer atividade de apoio, isto é, a todo trabalho fornecido pelas mulheres que implica na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas. Nesse último caso, incluem a preparação de alimentos, a lavagem de roupas, o cuidado das crianças, dentre outros. Em outras palavras, é todo o trabalho (não remunerado) realizado na esfera privada e familiar (BIROLI, 2018).

ANÁLISE DA POBREZA FEMININA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL A PARTIR DO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Há um notável desfavorecimento da Região Nordeste em relação ao Brasil e suas demais regiões, sobretudo no que diz respeito à pobreza monetária (Rocha, 2003 e 2006; Kageyama e Hoffmann, 2006), por esta razão a análise da pobreza multidimensional para as mulheres chefes de família nessa seção será centrada nessa Região.

A Tabela 1 mostra o percentual dos chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI para o Nordeste no ano de 2015. No geral, observou-se que as mulheres que não viviam em companhia de cônjuge ou companheiro apresentaram maior privação nas dimensões relativas à vulnerabilidade familiar, no acesso ao trabalho, na disponibilidade de recursos e no consumo de bens do que aquelas mulheres que declararam morar com cônjuge ou companheiro.

Com relação a privação observada na dimensão vulnerabilidade familiar, essa se deveu ao fato da maior presença de idosos nessas famílias. Já no que diz respeito a maior privação na disponibilidade de recursos, essa foi influenciado principalmente pelo quesito capacidade de geração de renda, e ainda pelo quesito de extrema pobreza evidenciando. Dessa forma, se percebe que a ausência de companheiro na família faz com que essas mulheres sejam mais dependentes de transferências monetárias e possuam maior chance de estarem imersas em uma condição de indigência. No acesso ao trabalho a maior privação se deu no quesito remuneração. Com relação a maior vulnerabilidade apresentada no consumo de bens pelas chefes que não viviam com cônjuge ou companheiro, essa se deveu principalmente a privação no acesso à máquina de lavar roupas.

No entanto, as privações observadas nas dimensões relativas ao acesso ao conhecimento, ao uso do tempo e às condições habitacionais eram menores se essas mulheres não morassem com cônjuge ou companheiro.

Também foi observado que os homens que não viviam em companhia de cônjuge ou companheiro apresentaram maior privação nas dimensões relativas à vulnerabilidade familiar e no consumo de bens em comparação aos que viviam em companhia de cônjuge ou companheira.



Assim como constatado para as mulheres chefes de família da Região Nordeste, a privação para os homens dessa região ainda é intensa no que diz respeito ao acesso ao trabalho e na disponibilidade de recursos. No ano de 2015, o percentual de privação correspondeu a 54,75% e 40,54%, simultaneamente. Entretanto, esses homens se mostraram mais privados quando moravam com cônjuge ou companheira, principalmente na disponibilidade de recursos, dado que a privação para esses se mostrou 10 p.p. superior em comparação aqueles que não viviam com companheira ou cônjuge.

Na sequência, serão analisadas as privações para cada uma das dimensões, componentes e variáveis que compõem o Índice de Pobreza Multidimensional para a mulher chefe de família do Nordeste.

Tabela 1 | Nordeste: percentual de chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI (2015)

Descrição	Não mora com cônjuge/ companheiro		Mora com cônjuge/ companheiro	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Dimensão 1 – Vulnerabilidade familiar	11,48	10,19	6,29	7,23
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	3,42	3,17	4,73	2,88
Atenção e cuidados especiais com idosos	36,46	34,04	14,32	21,63
Dependência econômica	2,63	0,38	1,40	1,52
Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento	10,92	12,97	13,58	15,38
Analfabetismo	6,75	10,14	8,17	11,33
Escolaridade	15,75	16,78	20,40	20,33
Qualificação profissional	4,76	7,23	3,91	8,59
Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho	53,74	54,75	52,50	57,39
Disponibilidade de trabalho	42,59	41,25	42,32	54,37
Qualidade do posto de trabalho	56,20	65,28	56,58	64,11
Remuneração	62,42	57,71	58,61	53,68

Dimensão 4- Disponibilidade de Recursos	48,38	40,54	47,67	50,63
Extrema pobreza	18,42	7,79	15,69	17,45
Pobreza	34,97	18,99	40,49	40,05
Capacidade de geração de renda	91,75	94,84	86,84	94,37
Dimensão 5 – Uso do Tempo	11,18	9,26	11,44	11,21
Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais	16,12	21,00	13,75	25,54
Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais	9,19	1,16	13,59	0,67
Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora	8,23	5,60	6,99	7,42
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	11,44	13,58	11,83	13,74
Propriedade	20,46	20,56	19,24	18,60
Déficit habitacional	13,34	12,06	16,00	15,56
Abrigabilidade	2,12	3,10	2,22	2,93
Acesso a abastecimento de água	8,75	14,12	11,88	14,46
Acesso à energia elétrica	0,42	0,72	0,07	0,51
Acesso a saneamento	10,39	12,90	10,92	13,61
Acesso à coleta de lixo	14,11	24,98	16,37	25,53
Acesso à internet	15,06	14,60	12,37	14,17
Dimensão 7 – Consumo de Bens	34,73	39,41	34,13	37,17
Acesso a fogão	1,50	3,71	1,10	1,79
Acesso à geladeira	3,68	6,73	3,25	4,71
Acesso à máquina de lavar roupas	66,53	74,06	65,23	71,69
Acesso a microcomputador	67,22	73,13	66,93	70,51

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2015).



DIMENSÃO VULNERABILIDADE FAMILIAR

Os resultados da pesquisa demonstraram que quando as mulheres chefes de família não vivem em companhia do cônjuge ou companheiro elas se mostraram mais vulneráveis do que os homens, que também não contam com a presença de cônjuge/companheiro no ambiente familiar, nas dimensões referentes a vulnerabilidade familiar e na disponibilidade de recursos.

No que diz respeito a maior privação das mulheres chefes de família que não vivem em companhia de cônjuge/companheiro em relação aos homens na dimensão vulnerabilidade familiar, esse desfavorecimento é devido principalmente ao componente atenção e cuidados especiais com idosos, o que significa que a família dessa mulher, ou até mesmo ela, tem em sua composição maior presença de idosos, isto é, há presença de indivíduos na faixa etária dos 60 anos ou mais de idade (TABELA 1). Essa condição é desfavorável do ponto de vista da vulnerabilidade familiar nordestina, entretanto, pode ser atribuída ao aumento da expectativa de vida do brasileiro ao nascer. Conforme informações do IBGE (2016), em 2015 a esperança de vida do brasileiro ao nascer era de 75,5 anos. Em 2015, as mulheres tinham expectativa de vida ao nascer de 79,1 anos, já para os homens a expectativa de vida ao nascer era 71,93 anos.

No outro extremo, a proporção dessas famílias que contavam com presença de criança, adolescente e jovens revelou que em 2015 cerca de 3,42% das famílias do Nordeste que tinham a mulher como arrimo de família e essas não viviam com cônjuge ou companheiro eram constituídas por criança ou adolescente. Quando as famílias dessas mulheres contavam com a presença desses, a proporção da presença de criança, adolescente e jovens se mostrou maior, aproximadamente 4,73%, ou seja, tal realidade implica em uma maior vulnerabilidade familiar.

A dependência econômica faz referência ao fato de a família se encontrar numa situação em que a renda domiciliar seja oriunda de uma pequena parcela dos seus membros, por exemplo, famílias com um número proporcionalmente elevado de crianças ou idosos em relação à quantidade de adultos.

Para o cálculo da dependência econômica domiciliar foi considerado o indicador “Menos da metade dos membros da família não se encontrou em idade ativa” (V4). Em 2015, apenas 2,20% atendiam essa condição, ou seja, cerca de 97,80% das famílias nordestinas chefiadas por mulheres tinham mais da



metade de seus membros em idade ativa. O fato de viver em companhia de cônjuge/companheiro, reduz a vulnerabilidade dessas mulheres na questão de dependência econômica, dado que cerca 1,4% eram vulneráveis nesse componente contra 2,63% daquelas que não contavam com a presença desse membro familiar.

DIMENSÃO ACESSO AO CONHECIMENTO

Analisando o comportamento da privação nessa dimensão entre os gêneros, observa-se que as mulheres, independentemente de viverem em companhia de cônjuge ou companheiro, são menos privadas nessa dimensão em comparação aos homens (TABELA 1). Esse resultado se deveu fundamentalmente ao componente relativo à qualificação profissional.

O componente em que essas mulheres foram mais privadas tanto no ano de 2015 foi o relativo à escolaridade, sendo 15,75% delas privadas nesse componente se não moravam com cônjuge e 20,40% dessas mulheres quando viviam em companhia de cônjuge/companheiro.

Com relação as mulheres chefes de família que não viviam em companhia de cônjuge ou companheiro, em 2015, cerca de 7,19% dessas chefes não sabiam ler e escrever (E1). O percentual dessas mulheres privadas no indicador analfabetas funcionais, ou seja, aquelas com menos de 4 anos de estudo (E2) revelou que aproximadamente 6,31% era analfabeta funcional. No entanto, quando essas chefes de família viviam em companhia de cônjuge ou companheiro a proporção de mulheres que não sabiam ler e escrever foi de 8,49% e de 7,85% delas eram analfabetas funcionais.

Considerando a ausência do cônjuge no ambiente familiar, os resultados da privação no componente escolaridade revelaram que no ano de 2015 aproximadamente 17,99% das chefes não tinham ensino fundamental completo, (E3). No que diz respeito ao indicador E5 (presença de adultos sem alguma educação superior), cerca de 25,58% dessas mulheres não possuíam um mínimo de educação superior. A vulnerabilidade da chefe de família nordestina se mostrou maior nos indicadores (E3) e (E5) quando elas não contavam com presença de cônjuge ou companheiro, 23,85% e 32,52% dessas mulheres se mostraram vulneráveis nesses indicadores.



DIMENSÃO ACESSO AO TRABALHO

No que diz respeito aos indicadores da dimensão acesso ao trabalho, a vulnerabilidade das mulheres chefes de família do Nordeste em 2015 indicou que mais da metade dessas mulheres tinham dificuldade no mercado de trabalho, em relação à ocupação, à qualidade da ocupação e ao rendimento dela.

Com relação aos indicadores referentes ao componente disponibilidade de trabalho para a mulher chefe de família do Nordeste, considerando a ausência de cônjuge ou companheiro, observou-se que cerca de 12,21% das famílias tinham mais da metade e seus membros em idade ativa ocupados, (T1). Mais da metade dessas famílias não contavam com trabalhador com mais de seis meses no trabalho atual, sendo 72,98% dessas famílias privadas nesse indicador, (T2). A privação dessas mulheres aumentava quando essas viviam em companhia de cônjuge ou companheiro, dado que cerca de 10,30% das famílias contavam com mais da metade e seus membros em idade ativa ocupados, e mais da metade dessas famílias não contavam com trabalhador com mais de seis meses no trabalho atual (74,34%).

No que se refere aos indicadores do componente “qualidade no posto de trabalho”, considerando a ausência de cônjuge ou companheiro, em 53,79% das famílias nordestinas chefiadas por mulheres não havia ocupado no setor formal, o que sugere um alto percentual de mulheres empregadas na informalidade e sob condições precárias de trabalho. Essa realidade é relativamente melhor, mas igualmente preocupante, quando essas mulheres vivem em companhia de cônjuge ou companheiro em que aproximadamente 49,82% dessas famílias não contam com trabalhadores ocupados no setor formal. Esse resultado corrobora a visão de Medeiros (2003) sobre a questão da pobreza no Brasil com a noção de que a atual estrutura do mercado de trabalho, com ampla flexibilização do emprego, tem estado na essência da pobreza e da desigualdade de renda no país.

A maioria dessas famílias era formada por pelo menos um trabalhador do setor agrícola, para as mulheres sem cônjuge essa proporção fora de 58,6% e para as que viviam com cônjuge ou companheiro fora de 63,33%. O que é bastante compreensível, uma vez que no que diz respeito à ocupação e produção econômica nas zonas rurais do Brasil, observou-se que quase metade da população brasileira vive em áreas predominantemente rurais ou intermediárias, cerca de 25,1% e 19,9%, respectivamente (Serra, 2017). Em termos de uso do solo, as áreas rurais representam 93% do território brasileiro (IBGE, 2016).



O setor agrícola, principal atividade das áreas rurais, tem grande importância na economia brasileira. Em 2016, este setor respondeu por aproximadamente 23% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Houve nesse período recuperação do mercado de trabalho ligada à redução da informalidade no país e aumento dos ocupados em atividades não agrícolas (Pochman, 2006; Ramos, 2007 & Cardoso Jr, 2007). Contudo, para as famílias chefiadas por mulheres da Região Nordeste, existe ainda uma relativa dependência laboral do setor agrícola, e essa Região mantém o problema da não formalização do trabalho, uma vez que a maioria dessas famílias não possuem pelo menos um ocupado formalizado.

Cerca de 40,02% das mulheres nordestinas que não viviam em companhia de cônjuge ou companheiro não contava com pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo (T5), a privação nesse indicador era menor quando elas contavam com presença de cônjuge ou companheiro, aproximadamente 35,96%.

O segundo indicador T6 (presença de ocupado com rendimento inferior a 2 salários mínimos) que forma o componente Remuneração indicou que as famílias das mulheres que não viviam em companhia de cônjuge ou companheiro 84,82% não contavam ocupado que tinha rendimento superior a 2 salários mínimos, já quando essas mulheres viviam com cônjuge essa proporção foi de 81,25% dessas famílias.

Em razão da discriminação salarial por gênero, as famílias predominantemente suportadas por mulheres tendam a ter uma maior propensão a ser pobres do que aqueles predominantemente suportados por homens (Barros; Fox; Mendonça, 1994). De fato, no Nordeste as mulheres sofrem menos privação no acesso ao trabalho em relação ao homem, mas com relação à remuneração a mulher arrimo de família é mais privada quando comparada ao homem nessa mesma condição (TABELA 1).

Muitas vezes a mulher chefe de família, que tem que realizar várias atividades simultaneamente (emprego, afazeres domésticos, cuidado das crianças, cuidado com idosos etc.), se depara com maiores dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho formal, o qual exige participação integral de seus membros. Diante dessa realidade, a participação da mulher chefe de família se dá, com maior frequência, nos trabalhos informais, instáveis, de menor qualificação e com as remunerações mais baixas do mercado, que estão longe de garantir condições de vida satisfatórias e o desenvolvimento futuro de sua família (Pacheco, 2005).



DIMENSÃO DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

A quarta dimensão, disponibilidade de recursos, se refere às famílias nordestinas chefiadas por mulheres que se encontram abaixo da linha de extrema pobreza ou de indigência, da linha de pobreza e daquelas nos quais a maior parte da renda domiciliar é oriunda de transferências de renda. A linha de extrema pobreza utilizada para nessa dimensão no ano de 2015 foi de R\$ 197,00, e correspondeu a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo no ano vigente. Ao passo que a linha de pobreza foi de R\$ 394,00, correspondendo a $\frac{1}{2}$ de salário mínimo do ano de 2015.

Cerca de 18,42% das famílias chefiadas por mulheres sem a presença de cônjuge ou companheiro possuíam renda familiar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza (R1). Com relação ao indicador das famílias com renda inferior a linha de pobreza (R2), aproximadamente 34,97% dessas famílias possuíam renda familiar *per capita* inferior à linha de pobreza. Quando essas famílias contavam com a presença do cônjuge ou companheiro, 15,69% delas possuíam renda familiar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza e 40,49% possuíam renda familiar *per capita* inferior à linha de pobreza. A presença do cônjuge ou companheiro nessas famílias mostrou que essa presença implicou na redução da extrema pobreza e por outro lado no aumento da proporção de famílias em situação de pobreza.

O indicador que mede a parcela da renda familiar que advém de transferências, mostrou que as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge ou companheiro eram mais vulneráveis nesse quesito do que aquelas que contavam com a presença de cônjuge ou companheiro, dado que 91,75% da renda familiar originada de transferências para as primeiras e de 86,84% para as segundas.

Vale destacar que os programas sociais de transferências de renda condicionadas mantiveram importante participação para o incremento de grau de desenvolvimento das famílias do Nordeste, porém, ao seu lado, outras fontes de renda das famílias ganharam mais espaço, especialmente associadas às aposentadorias e pensões (Ferreira, Souza, 2011; Hoffmann, 2006). Ainda assim, a proporção de famílias pobres e extremamente pobres continua sendo um grave problema na região Nordeste, sobretudo quando essas famílias são chefiadas por mulheres.



USO DO TEMPO

Com relação à dimensão uso do tempo, no Nordeste, a proporção de mulheres que não moravam com cônjuge ou companheiro que foram privadas nessa dimensão correspondeu a 11,18% no ano analisado, 2015. O indicador em que essas mulheres foram mais vulneráveis foi o que diz respeito à presença de trabalhador com mais de 44 horas de trabalho semanal, em que a proporção de privação nesse indicador fora de 16,12%. Por outro lado, a do cônjuge ou companheiro nessas famílias evidenciou uma redução na vulnerabilidade da mulher chefe de família nesse indicador, pois era de 13,75%.

A vulnerabilidade da mulher chefe de família nordestina no que se refere ao tempo gasto de percurso diário de ida da residência ao local de trabalho é mais intensa quando esta não vive em companhia de cônjuge ou companheiro do que aquela que conta com a presença desse integrante em sua família, os 8,23% dessas mulheres gastavam mais de uma hora no percurso diário de ida ao local de trabalho se não viviam com cônjuge e 6,99% caso vivessem em companhia do mesmo. O que poderia ser explicado pelo fato de, dado a saturação do mercado de trabalho nos grandes centros urbanos, essas mulheres estão procurando colocação laboral em lugares cada vez mais distantes desses centros.

Com relação ao homem chefe de família nessa Região, a vulnerabilidade das mulheres nordestinas no uso de tempo se mostrou maior, se vivessem ou não em companhia de cônjuge ou companheiro, pois apesar de eles costumarem dedicar muito mais do que 44 horas semanais dedicadas ao trabalho principal em comparação às mulheres. Eles relativamente dedicavam pouco tempo ao trabalho doméstico.

O fato de os homens dedicarem mais horas ao trabalho semanal em comparação às mulheres evidencia um favorecimento às mulheres do ponto de vista do uso do tempo, todavia esse fato se torna desfavorável na medida em que essas mulheres se mostraram mais privadas do que os homens na dimensão de acesso ao trabalho. Isto também pode indicar que há uma tendência dessas mulheres, em razão da demanda de suas funções reprodutivas, estarem optando por trabalhos de períodos parciais ou em regime de trabalho temporário.

Em contrapartida, as mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico. Quando não moravam com cônjuge ou companheiro a proporção de mulheres nordestinas que dedicavam mais de 44 horas semanais a esse tipo de trabalho correspondia a 9,19%, e quando viviam com em companhia de cônjuge ou companheiro essa privação era 13,59%. Enquanto para os homens a proporção de privação



era de 1,16% se não viviam com cônjuge e de apenas 0,67% se viviam com cônjuge.

Esse resultado demonstra que há ainda predominância de mulheres nas atividades domésticas nos núcleos familiares, o que as empurra quase que compulsoriamente para uma dupla jornada de trabalho (Kon, 2002). Também corrobora com os argumentos de Sen (2001), no sentido de que na divisão do trabalho, expressa nas relações no interior dos lares, as cargas de trabalhos domésticos, também na sociedade, recaem sobre as mulheres.

Conforme Gimenez (1999), a própria pobreza vista pela ótica de gênero pode ser entendida como um resultado direto da dupla jornada das mulheres: como força de trabalho não remunerado no próprio domicílio. Como resultado, elas acabam lidando com maiores restrições em termos de tempo e mobilidade, e essa realidade faz com que passem a dedicar um menor número de horas a empregos remunerados ou a treinamento/qualificação e educação.

CONDIÇÕES HABITACIONAIS

A sexta dimensão constitui as condições habitacionais dos domicílios das chefes de família. Por ter uma estreita relação com as condições de saúde, mensuradas, principalmente, pelos indicadores dos componentes acesso a saneamento e acesso à coleta de lixo, essa dimensão pode ser considerada uma das mais importantes em captar as condições de vida de uma família. Os resultados da pesquisa demonstraram que no Nordeste a vulnerabilidade na dimensão referente as condições habitacionais da mulher foi superior quando essas moravam com cônjuge ou companheiro (11,83%) do que aquelas mulheres que não vivam em companhia de cônjuge/companheiro (11,44%).

A propriedade do domicílio, o déficit habitacional (densidade de mais de dois moradores por dormitório) e o acesso à internet foram os componentes que mais influenciaram no resultado da proporção de mulheres privadas nessa dimensão. Quando essas mulheres não contavam com a presença do cônjuge ou companheiro, cerca de 20,46% delas não eram proprietárias dos domicílios em que residiam, isso significa que 79,54% dessas mulheres eram proprietárias de seus domicílios. Havia mais de dois moradores por dormitório em 13,34% dos domicílios dessas mulheres e aproximadamente 15,06% desses não contavam com acesso à internet.



Ao passo que se essa chefe de família vivesse em companhia de cônjuge ou companheiro essas eram mais privadas, em comparação àquelas que não viviam, no acesso ao saneamento básico (16,37%), no déficit habitacional (16%), na abrigabilidade, no tipo de material que foi utilizado para a construção do domicílio, (2,22%), no acesso ao abastecimento de água (11,88%) e no acesso à coleta de lixo (16,37%).

Com relação a maior privação do acesso ao abastecimento de água (H5) por parte das mulheres chefes de família do Nordeste, tal resultado é em parte explicado pela seca enfrentada pela região Nordeste em parte nos últimos anos. Conforme a Agência Nacional das Águas (ANA), no ano de 2017 o Nordeste completava o seu sétimo ano consecutivo de estiagem, com um terço (33,65%) de seu território no grau mais elevado, nível 4, da seca.

CONSUMO DE BENS

A sétima dimensão que compõe o MPI leva em consideração o consumo de bens. Ela é formada por quatro componentes: acesso a fogão, acesso à geladeira, acesso à máquina de lavar roupas e acesso a microcomputador.

No Nordeste, o consumo de bens pelas famílias chefiadas por mulheres que moram com cônjuge ou companheiro é melhor em relação àquelas famílias nas quais não existe a presença de cônjuge ou companheiro. Ou seja, essas mulheres são capazes de garantir melhores condições de vida aos integrantes de sua família no que diz respeito ao consumo de bens duráveis e de tecnologia (microcomputador).

O indicador C1 (o domicílio não possui fogão) do componente acesso a fogão revelou que em 2015 cerca de 1,5% das chefes (sem cônjuge) não tinham em suas residências a posse do fogão, ao passo que para as mulheres com cônjuge essa proporção fora de 1,1%. Com relação à privação no consumo de geladeira (C2) pelas mulheres sem cônjuge, cerca de 3,68% dessas famílias não possuíam geladeira em seus domicílios, ao passo que para as famílias com presença de cônjuge essa privação foi menor, cerca de 3,25%.

A posse da máquina de lavar roupas (C3) por parte dessas mulheres é ainda bastante limitada, visto que mais da metade dessas mulheres em ambos os casos (ausência ou presença de cônjuge ou companheiro), cerca de 66,53 % (ausência de cônjuge) e 65,23% (presença de cônjuge), não tinham



geladeiras em seus domicílios. A posse desse bem tem íntima relação com o tempo gasto no trabalho doméstico, e a falta dele significa que indiretamente essas mulheres também têm sua vulnerabilidade no uso do tempo intensificada.

Também se observa que cerca de 67,22% das mulheres nordestinas que não viviam com companheiro foram consideradas privadas no indicador posse de microcomputador (C4). Ao passo que para aquelas que viviam com companheiro, neste mesmo indicador, a privação nesse indicador foi menor, cerca de 66,93%. Um resultado importante, visto que o acesso a esse bem possui um papel essencial no acesso ao conhecimento.

As privações nas condições básicas da existência, como a abastecimento de água, saneamento básico e coleta de lixo, assim como as privações no acesso ao trabalho e na disponibilidade de recursos observadas para as mulheres chefes de família da região Nordeste, são frutos do subdesenvolvimento regional e local dessa região e da limitação financeira observada para essas famílias. Segundo Kageyama e Hoffmann (2006), a superação desses problemas oriundos do subdesenvolvimento se dá por meio de investimentos públicos e privados em infraestrutura e serviços básicos, e através de melhorias no nível educacional da região e nas condições de acesso ao mercado de trabalho.

Assim, é importante enfatizar que trabalho e renda na Região Nordeste, principalmente no que se refere as mulheres chefes de família dessa região, são temas que exigem mais atenção do poder público, pois a distância verificada no percentual de privação dessas dimensões em relação aos chefes de família do país e ao homem dessa Região se mostrou bastante significativa.

Do mesmo modo que é essencial assegurar que as famílias tenham acesso aos meios que necessitam, também é de suma importância conceder-lhes a oportunidade de utilizá-los. O uso da capacidade produtiva dos indivíduos se concretiza na oportunidade de acesso ao trabalho que venham a ter. De fato, a promoção do mercado de trabalho da mulher por meio de incentivos específicos é um direito previsto constitucionalmente, mais especificamente no Art. 6º inciso XX da Constituição Federal de 1988.

POBREZA MULTIDIMENSIONAL FEMININA NO NORDESTE (2004 E 2015)

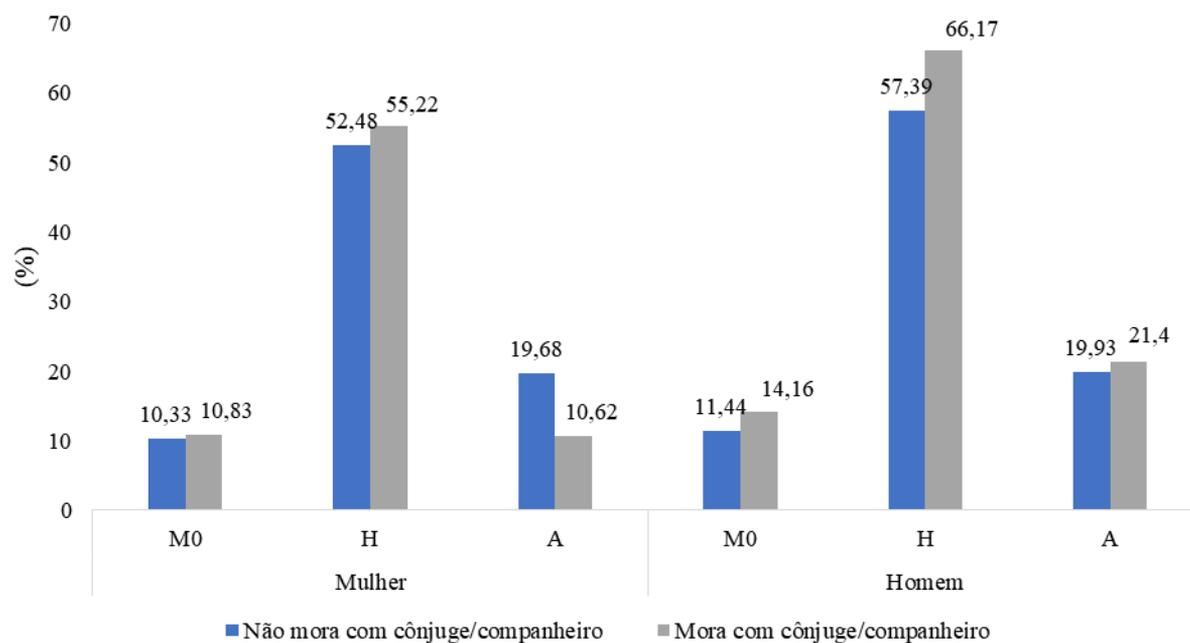
No que se refere aos resultados da incidência da pobreza (H), no ano de 2015, para as chefes de família da região Nordeste do Brasil para cada $k=12$, observou-se que o percentual de chefes de família pobres no Nordeste era de 55,22% se essas viviam com cônjuge ou companheiro, ou seja, menos da metade, 44,78%, dessas chefes era não-privada em nenhum dos 37 indicadores ou variáveis contempladas no cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional. Se essas chefes de família não viviam com cônjuge ou companheiro, o percentual de chefes de família pobres era de 52,48%. Já, quando o chefe de família nessa Região era do sexo masculino e morava com cônjuge ou companheiro, cerca de 66,67% desses eram privados em no mínimo 12 indicadores ($k=12$), quando não moravam com cônjuge ou companheiro, esse percentual fora de 57,39%.

No tocante a intensidade de pobreza ou pobreza média (A), as mulheres chefes de família da Região Nordeste quando moravam com cônjuge ou companheiro foram consideradas pobres em $k=12$ apresentaram em média privações de 10,62% do total de indicadores considerados, o que correspondeu a 4 (3,93) dos 37 indicadores. Quando essas mulheres não viviam com cônjuge ou companheiro, a pobreza média se mostrou maior em relação àquelas que contavam com a presença de cônjuge/companheiro no ambiente familiar, cerca de 19,68%, ou seja, esse grupo apresentou em média privações em aproximadamente 7 (7,28) dos 37 indicadores. Ainda com relação à pobreza média (A), constatou-se que os homens chefes de família do Nordeste que moravam com cônjuge ou companheiro, quando $k=12$, apresentaram em média privações de 21,4% do total de indicadores considerados, o que correspondeu a 8 (7,92) dos 37 indicadores. Quando não tinham a presença de cônjuge ou companheiro na família, a média dessa privação se revelou menor, cerca de 19,23%, ou seja, em 7 (7,12) dos 37 indicadores.

Os resultados apresentados pela pobreza média ou intensidade da pobreza (A) indicam que para a mulher chefe de família do Nordeste o fato de não ter a presença do cônjuge ou companheiro na família faz com que a intensidade da pobreza seja maior. Ferreira e Marin (2016) também evidenciaram maior concentração de pobreza média para a mulher do Nordeste, no entanto não consideraram a figura do cônjuge ou companheiro.



Figura 1 | Pobreza multidimensional dos chefes de família da Região Nordeste do Brasil para $k=12$ (2015)



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

No caso da incidência da pobreza ajustada (M_0) para os chefes de família da região Nordeste do Brasil para cada $k=12$, o valor máximo a ser considerado foi 1 (em que toda a população analisada é pobre) e zero (quando não há qualquer traço de pobreza nessa população). Apesar das discussões sobre feminização da pobreza identificarem que tal fenômeno está relacionado à chefia familiar, onde, em sua maioria, essas famílias são compostas por uma mulher sem companheiro, ou seja, há uma única provedora de renda, e ela ainda possui rendimentos geralmente inferiores aos dos homens, seja devido à discriminação ou à segmentação no mercado de trabalho. Os resultados do presente estudo demonstraram que em 2015, cerca de 10,83% das mulheres que viviam com cônjuge ou companheiro eram multidimensionalmente mais pobres do que aquelas que não viviam com os mesmos onde a pobreza multidimensional foi de 10,33% (FIGURA 1).

Apesar dos resultados, no que diz respeito à incidência de pobreza (H), pobreza média (A) e do MPI que foram apresentados pelas mulheres arrimo de família do Nordeste terem sido melhores do que os resultados revelados para os homens chefes de família dessa Região. Tais resultados ainda assim evidenciam que a presença de cônjuge ou companheiro na família aumenta a vulnerabilidade das mulheres à pobreza multidimensional dessa Região, pois como argumentado por Pearce (1978)

a pobreza das mulheres também está relacionada ao fato de que essas vivem em domicílios ou famílias chefiados por homens que são pobres.

Tais efeitos reforçam ainda mais a importância de se tentar compreender e analisar a pobreza sob um ponto de vista multidimensional, sobretudo quando se analisa a pobreza via uma perspectiva de gênero, pois, conforme Oliveira (2014), apesar de se entender que os recursos monetários são importantes para a redução da pobreza, eles por si só, não são capazes de garantir aos indivíduos a liberdade de atender as suas necessidades básicas e provê-los dos meios que os tornem capazes de satisfazê-las.

CONCLUSÕES

O objetivo deste estudo consistiu em analisar, por meio de uma abordagem multidimensional, a vulnerabilidade da mulher chefe de família da Região Nordeste no ano 2015. Para tal, foi utilizado como procedimento metodológico a construção do Índice de Pobreza Multidimensional (MPI). Cabe ressaltar que foi tratado de um perfil estático da pobreza, ou seja, a análise refere-se a apenas um ponto específico no tempo, no caso, o ano de 2015.

Para as famílias nordestinas onde não havia a presença de cônjuge ou companheiro, as dimensões relativas à vulnerabilidade familiar, disponibilidade de recursos e uso do tempo foram os fatores nos quais as mulheres se mostraram mais vulneráveis em comparação aos homens. No ano de 2015, aproximadamente 11,48%, 48,38% e 11,18% dessas chefes de família eram privadas nessas dimensões, respectivamente. Em comparação aos homens chefes de família da Região Nordeste que viviam em companhia de cônjuge ou companheiro, as mulheres foram mais privadas apenas na dimensão de uso do tempo.

Quanto aos indicadores em que as mulheres foram mais vulneráveis em cada uma das sete dimensões que compõem o MPI, considerando a ausência de cônjuge ou companheiro, constatou-se que, na dimensão referente à vulnerabilidade familiar, o indicador dessa dimensão em que essas chefes de família foram mais privadas no ano de 2015 foi a presença de idosos na família, consistindo em 36,46%.

Os resultados da pesquisa demonstraram que, tendo em conta que um resultado igual a 0 corresponde àqueles indivíduos sem qualquer traço de pobreza, e um resultado igual a 100 corresponde aos indivíduos absolutamente pobres, no que diz respeito à incidência de pobreza



(H), intensidade da pobreza (A) e do MPI (M_0) que foram apresentados pelas mulheres da Região foram melhores do que os resultados revelados para os homens. No que diz respeito a intensidade da pobreza (A), as famílias chefiadas por mulher no Nordeste em que não há presença de cônjuge ou companheiro, ou seja, que contam somente com um provedor de renda, estão em uma situação pior do que as de chefia feminina que contam com a presença de cônjuge ou companheiro.

No que diz respeito a incidência da pobreza (H), as famílias chefiadas por mulher no Nordeste em havia a presença de cônjuge ou companheiro, eram mais vulneráveis do que as famílias de chefia feminina que não contavam com a presença de cônjuge ou companheiro.

Tais resultados permitem inferir que as famílias do Nordeste que são chefiadas por mulheres e que têm a presença do cônjuge ou companheiro são multidimensionalmente mais pobres em relação às famílias chefiadas por mulheres onde não há a presença de cônjuge ou companheiro, o MPI fora de 10,83% e 10,33%, respectivamente. Mas, não é possível afirmar que existe um processo de feminização da pobreza em termos multidimensionais quando se compara o resultado de M_0 entre mulheres e homens (independente da presença ou não de cônjuge ou companheiro).

No Nordeste, quando se leva em consideração a figura do cônjuge - sua presença ou ausência - no ambiente familiar, observou-se que a vulnerabilidade das mulheres chefes de família dessa região não tem apenas a renda como determinante, como preconiza as teorias convencionais, visto que nas dimensões referentes ao trabalho, a renda e ao consumo de bens apresentaram as maiores vulnerabilidades para as mulheres do Nordeste, ou seja, são essas as dimensões que mais contribuem para a inserção da mulher em uma condição de pobreza e o que conseqüentemente alimenta o círculo vicioso da pobreza da mulher nordestina. Assim, as políticas públicas de combate à pobreza, com foco meramente na renda, não são suficientes para combatê-la e, em muitos casos apenas minimiza tal problema, pois, quando se utiliza apenas o enfoque unidimensional, tende a subestimar a pobreza e o número de pobres.

Por fim, para o aprofundamento da discussão sobre o processo de feminização da pobreza sugere-se para trabalhos futuros o desenvolvimento de uma abordagem desse processo que leve em consideração as divergências espaciais no que diz respeito ao urbano/rural da Região Nordeste do Brasil.



REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). Disponível em: <www.monitordesecas.ana.gov.br/>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- AGUILAR, P. L. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. **Revista Katál**, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun. 2011.
- ALKIRE, S.; APABLAZA, M.; & JUNG, E. Multidimensional poverty measurement for EU-SILC countries. **OPHI Research in Progress**, v. 3, n. 66, 2014.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, n. 95, p. 476-487, 2011.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries. University of Oxford, Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). **Working Paper**, n. 38, 2010.
- ARRIAGADA, I. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. **Revista de la CEPAL**, n. 85, p. 101-113, 2005.
- BARROS, F. F. R. **Análise da pobreza unidimensional e multidimensional no Nordeste do Brasil em 2009 e 2012**. 39 f. Dissertação (Mestrado profissional em Economia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.ufc.br/>>. Acesso em 20 abr. 2015.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 800. Rio de Janeiro: IPEA. 24 p. 2001.
- BARROS, R. P. de; FOX, L.; MENDONÇA, R. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres. In: LAVINAS, L. (Org). In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE POLÍTICA ECONÔMICA, POBREZA E TRABALHO, 2., 1994, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- BARROSO, C. Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1., **Anais...** Campos do Jordão: ABEP, 1978.
- BIANCHI, S. M. Feminization and juvenization of poverty: trends, relative risks, causes, and consequences. **Annual Review of Sociology**, v. 25, p. 307-333, 1999.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CAGATAY, N. Gender and poverty. **SDPED Working Paper Series – WP5**. United Nations Development Programme, 1998.
- CARDOSO Jr, C. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições de sua sustentabilidade temporal. Brasília: IPEA. 2007.
- CLERT, C. De la vulnerabilidad a la exclusión: género y conceptos de desventaja social In: ARRIAGADA, I.; TORRES, C. (Orgs.). **Gênero y pobreza**. Santiago de Chile: Nuevas Dimensiones, Ediciones de las Mujeres, 1998.
- CODES, A. L. M. A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para Discussão**, n. 1332, Brasília: IPEA, 2008.
- COMIM, F.; BAGOLIN, I. P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, número especial, p. 467-490. 2002.
- COSTA, J. S.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; QUEIROZ, C. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. **Texto para Discussão**, n 1137. Brasília: IPEA, 2005.
- DUCLOS, J. Y.; ARAAR, A. Economic studies in inequality social exclusion and well-being. In: DUCLOS, J. Y.; ARAAR, A. Poverty and



Equity: Measurement, Policy and Estimation With Dad. [S.l.]: **Springer e International Development Research Centre**, v. 2. Cap. 1, p. 3-18. 2006.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos feministas**, v. 12 (1), n. 360, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FERREIRA, T. R. S.; MARIN, S. R. Pobreza multidimensional feminina: uma aplicação do método de alkire foster (af) nas grandes regiões brasileiras nos anos de 2001 e 2011. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 27, n. 1(49), p. 174-192, mar. 2016.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. **Contribuição das parcelas do rendimento domiciliar per capita na distribuição da renda das macro-regiões brasileiras: 1981 a 2009**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 9, 2011, Natal. **Anais...ENABER**, 2011.

GIMENEZ, M. The feminization of poverty: myth or reality. **Critical Sociology**, v. 25, n.2/3, p. 336-351, 1999.

GODOY, L. Entender la pobreza desde la perspectiva de género. **Serie Mujer y Desarrollo**, n. 52. Santiago de Chile, 2004.

HELFAND, S.M.; MOREIRA, A.R.B.; FIGUEIREDO, A.M.R. Explicando as diferenças de pobreza entre produtores agrícolas no Brasil: simulações contrafactuais com o censo agropecuário 1995-96. **Revista Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 2., 2011.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997-2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, UFF, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível e:<<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 20 de nov. 2017.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. **Texto para Discussão**, n. 223, 15 p. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2003.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. What do we mean by “Feminization of Poverty?”. **One Pager**, n. 58. Brasília: International Poverty Centre, jul. 2008.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. **Ensaio**, FEE, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 323-350, 2003.

NEDER, H. D. Um estudo sobre a pobreza rural com abordagem multivariada. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, **Anais...**, Rio Branco, 2008.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, v. 1, 2004.

OLIVEIRA, N. S. M. N. **Pobreza no Nordeste do Brasil: um estudo multidimensional**. 2014, 84 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

PACHECO, A. L. P. B. **Mulheres pobres e chefes de família**. 253 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/analuciapaespacheco.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, Washington, v. 11, p. 28-36, 1978.

PEREIRINHA, J. A. (Org.). **Gênero e Pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino**, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2008.



RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro**: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2007.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: a evolução de longo prazo (1970-2011). Rio de Janeiro: XXV Fórum Nacional, 2013.

_____. **Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 7-41, jan./mar. 2003.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza**: economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamound, 1999.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Development: which way now? **The Economic Journal**, v. 93, 1983.

_____. Equality of what? In: MCMURRIN, S. (ed.). **Tanner Lectures on Human Values**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. 2017, 161 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2017.

SHADPOUR, B. **The facts about women and poverty**. Canadian Women's Foudation, 2013. Disponível em: <<http://www.canadianwomen.org/facts-about-women-and-poverty>>. Acesso em 14 jun. 2015.

SOUZA, L.; RIOS-NETO, E.; QUEIROZ, B. The relationship between childbirth and women's labor in Brazil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982011000100004>>. Acesso em: 15 maio de 2018.

